

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 21/2024, em que é recorrente **Nicola Markovic** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 75/2024

(Autos de Amparo 21/2024, Nicola Markovic v. STJ, Não-violação do direito à dignidade da pessoa humana pelo facto de se ter confirmado decisão condenatória penal em que o juiz de julgamento dirigiu-se ao recorrente como arguido de carne e osso e não-violação das garantias de recurso, defesa e contraditório por se ter notificado o arguido de decisões do STJ em língua inglesa e não na sua língua materna)

I. Relatório

1. Conforme recorte feito pelo Acórdão N. 60/2024, de 9 de setembro, Nicola Markovic v. STJ, Admissão de condutas atribuídas ao Supremo Tribunal de Justiça de ter, através do Acórdão 63/2024, de 27 de março, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana um Tribunal se dirigir a arguidos como 'pessoas de carne e osso', e de ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, Rel: JCP José Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 90, 24 de setembro de 2024, pp. 1920-1929, que admitiu o recurso, veio o Senhor Nicola Markovic pedir amparo a este Tribunal Constitucional, por, alegadamente, o órgão judicial recorrido ter rejeitado o recurso por ele interposto. Para sustentar tal alegação e pedido, produziu arrazoado a partir do qual, na parte relevante, diz que:

1.1. Quanto às razões de facto e de direito que fundamentam o pedido:

1.1.1. Teria sido detido em alto mar no dia 1 de abril de 2022, e que, apesar de libertado por força do transcurso do prazo de apresentação a juiz para primeiro

interrogatório, foi, outra vez, detido no mesmo dia e apresentado a juiz de turno que lhe aplicou uma medida de coação de prisão preventiva;

1.1.2. Foi, em seguida, acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes agravado e condenado na pena de 12 anos de prisão. Julgando parcialmente procedente um recurso por si impetrado, o TRS reduziu a pena para 8 anos de prisão. Ainda assim, inconformado com a decisão do TRS, impetrou recurso para o STJ, mas este Alto Tribunal negou provimento ao mesmo, ao seu ver, resolvendo as questões que colocara de forma ilegal e inconstitucional.

1.2. Pelas razões que articula e que se prendem com situações ligadas:

1.2.1. A alegada admissão de que o acórdão do TRS pecara por alguma exiguidade de fundamento, mas em quadro no qual não se pronunciou verdadeiramente sobre a questão do vício de falta de fundamentação, em contravenção ao que vem expressamente consagrado no artigo 211, número 5, da Constituição, com consagração nos artigos 9º, 275 e 403 do CPP, como fator importante de legitimação das decisões judiciais;

1.2.2 A violação do princípio da dignidade da pessoa humana consagrado no artigo 1º da Constituição da República de Cabo Verde, que possuiria natureza subjetiva, “por força da incorporação no artigo 5º da Carta Africana do Direitos Humanos e dos Povos”, por ter legitimado a expressão “[c]ondenar ainda, a todos os arguidos de ca[r]me e osso (...)” utilizada na sentença, porque seria “vulgarizante da dignidade da pessoa humana, pois, o homem não se resume a carne e osso”;

1.2.3. Violação do princípio da vinculação temática, na medida em que não seria permitido ao Tribunal de 1.ª instância deduzir a acusação, por se tratar de uma competência reservada ao MP que não pode ser alterada em julgamento, sobretudo, quando os factos que constam da acusação não sejam crime, num quadro em que a acusação não continha narração de factos constitutivos do elemento subjetivo do tipo, ausência, que, na sua opinião, conduziria a uma nulidade insanável. E, ao invés de tirar as devidas consequências, o STJ resolveu sanar o vício, considerando que se deu por provado que os arguidos agiram de forma livre e deliberada;

1.2.4. Em que cartas foram apreendidas aos arguidos sem o consentimento dos seus destinatários ou autorização do juiz em violação da Constituição, mas em contexto

no qual, apesar de terem sido reconhecidas como provas proibidas pelo STJ, este órgão judicial terá delas feito uso para condenar o recorrente, “contaminando com nulidade insanável o *Acórdão 63/2024*”;

1.2.5. Em que se valorou de forma negativa o direito ao silêncio, em violação “ostensiva [d]o artigo 35[,] número 2[,] da CRCV”;

1.2.6. Por haver declaração da testemunha Mário Pereira que suscitarium dúvidas se os arguidos sabiam que a carga seguia a bordo, conduzindo a uma violação ostensiva da presunção da inocência, na medida em que os arguidos foram condenados com base nesse depoimento;

1.2.7. Em que, aparentemente, foi induzido em erro pelo MP, quando à data exata concreta em que a droga foi desembarcada no porto da Praia, fazendo com que não tenha suscitado qualquer nulidade em relação à apreensão efetuada e que se a tenha mencionado em sede de aplicação de medida de coação, mas “sob pressuposto errado”. Porém, o requerimento do recorrente seria ignorado pelo tribunal, passando o processo à fase seguinte – a das alegações –, violando, na sua perspetiva, o princípio da ampla defesa e do contraditório; por isso a sentença seria nula, por omissão de pronúncia, sobre uma questão fundamental para a defesa, facto que foi considerado irrelevante pelo STJ;

1.2.8. Em que, sendo natural de Montenegro, de acordo com o que diz poder apurar-se nos autos, aquando da realização do primeiro interrogatório judicial teria sido nomeado um intérprete com domínio da língua montenegrina para acompanhar o arguido e traduzir as peças processuais para a sua língua materna, não se tendo verificado o mesmo aquando da notificação dos *Acórdãos 63/2024 e 79/2024*, que foram traduzidos para a língua inglesa, que não é a sua língua materna nem tem domínio da mesma. O recorrente teria sido abordado pelo funcionário da Cadeia Central da Praia e pelos Oficiais de Justiça do STJ para se pronunciar sobre um eventual domínio de outra língua que não fosse a sua língua materna sem que tivesse sido informado que seria para efeitos de notificação da decisão final do seu processo, sem a presença da defesa e sem notificação à mesma. Por isso, na sua perspetiva ter-se-ia violado as garantias de defesa previstas no artigo 35, número 6 e 7, da CRCV, constituindo tal ato nulidade insanável prevista no artigo 151, alínea d), última parte, do CPP, a qual invoca com todas as consequências legais. Diz, outrossim, que conforme consta da certidão de 25 de abril de 2024, teria

admitido que entende um pouco de português, espanhol, italiano, crioulo cabo-verdiano e o inglês, e que fala e escreve fluentemente montenegrino, o que constituiria prova e fundamento bastante para não ser notificado na língua inglesa ou qualquer outra que não fosse a sua língua materna;

1.2.9. Entende que a notificação dos *Acórdãos do STJ* (63/2024 e 79/20224) em língua diferente da sua língua materna constitui uma violação do artigo 6º, número 1, conjugado com o artigo 118, número 4, ambos do CPP, e uma restrição das garantias de defesa previstas no artigo 35, números 6 e 7, da CRCV, e cita o tratado no *Acórdão 12/17 do STJ* na parte em que se diz que: “[a] nomeação de intérprete foi erigida pelo legislador [c]abo-verdiano em formalidade tão essencial, a ponto de a sua preterição ser fulminada expressamente com nulidade insanável, como tal de conhecimento oficioso em qualquer estado do processo (artigo 151, alínea f), do CPP)”. Por isso reitera que a notificação dos acórdãos do STJ acima referidos deve ser declarada nula, assim como o processado que se seguiu a estes atos, por violação dos direitos constitucionais de acesso à justiça, do processo justo e equitativo (artigo 22, 35, nº 6 e 7, da CRCV), devendo ser reparados os direitos fundamentais violados, pois que a tese apresentada pelo STJ no *Acórdão 93/2024* não teria guarida legal e/ou constitucional.

1.3. Pediu que:

1.3.1. Fosse admitido o recurso e julgado procedente por provado;

1.3.2. Fossem anulados os *Acórdãos 63/2024, 79/2024 e 93/2024*, todos do STJ;

1.3.3. Fosse declarado que uma fundamentação “(...) bastante austera, lacónica, que não chega a ser perfunctóri[a], que peca por alguma exiguidade e uma grave incipiência, (...)” posterga o direito fundamental à ampla defesa e ao recurso do recorrente;

1.3.4. Fosse reparado o direito do requerente a uma decisão penal fundamentada;

1.3.5. Fosse declarado que uma decisão que trata o requerente como arguido de carne e osso, fere a dignidade humana previsto no artigo 1º, nº 1 da CRCV;

1.3.6. Fosse declarado que fere o princípio da vinculação temática, e consequentemente os princípios [seria direito?] a um processo justo e equitativo, assim, como [o direito] ao contraditório, o tribunal dar como provado os elementos caracterizadores do tipo subjetivo do ilícito, quando estes não constam da acusação, e que sejam reparados;

1.3.7. Fosse declarado que o STJ usou o recurso à prova proibida para dar como provado [que iam?] “(...) para as Ilhas Canárias-Espanha, mediante o recebimento de uma contrapartida fixada no montante de 50.000R\$ (cinquenta mil reais brasileiro)”;

1.3.8. Fosse reparado o direito do requerente a não ser condenado com uso dessa prova proibida;

1.3.9. Fosse declarado que *in casu* reiteradas vezes se superou a falta de elementos probatórios na valoração negativa do exercício do direito ao silêncio;

1.3.10. Fosse declarado que negar e ignorar o requerimento da defesa – que tinha como objetivo demonstrar que, afinal, os dados dos autos podem ser outros, permitindo-lhe arguir a nulidade da apreensão, pois, o único momento que teria dados reais e levados aos autos pela testemunha da acusação era aquele momento – posterga o direito ao contraditório e à ampla defesa;

1.3.11. Fosse declarada nula a notificação dos *Acórdãos 63/2024 e 79/2024* ao recorrente em língua inglesa, língua que não domina, que fala e entende um pouco, por violação dos direitos constitucionais de acesso à justiça e ao processo justo e equitativo;

1.3.12. Fosse reparado o direito do requerente a ser notificado da decisão judicial criminal na língua que domina.

2. Marcada sessão de julgamento para o dia 26 de julho, nessa data se realizou, com a participação dos Juízes-Conselheiros Efetivos e, por força da ausência justificada do Venerando JC Aristides R. Lima, do Eminentíssimo Juiz Constitucional Substituto Evandro Rocha, além do Senhor Secretário do TC.

2.1. O julgamento culminou com a adoção do *Acórdão 55/2024, de 29 de julho, Nicola Markovic v. STJ, aperfeiçoamento por indicação imprecisa de condutas que se*

pretende que o TC escrutine, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 8 de agosto de 2024, pp. 1719-1723, pelos juízes, os quais decidiram determinar a notificação do recorrente para que:

2.1.1. Aperfeiçoasse o seu recurso de amparo, identificando com o máximo de precisão a(s) conduta(s) que pretendia que o Tribunal Constitucional escrutine.

2.1.2. Decisão esta notificada ao recorrente no dia 30 de julho de 2024, às 17h13. Tendo este, em resposta à mesma, protocolado uma peça de aperfeiçoamento do seu recurso, remetida via e-mail, no dia 1 de agosto, onde indicou sete condutas que entende que o Tribunal devia escrutinar e sobre elas decidir.

2.2. O Tribunal Constitucional, através do *Acórdão N. 60/2024, de 9 de setembro, Nicola Markovic v. STJ, Admissão de condutas atribuídas ao Supremo Tribunal de Justiça de ter, através do Acórdão 63/2024, de 27 de março, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana um Tribunal se dirigir a arguidos como ‘pessoas de carne e osso’, e de ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco*, Rel: JC Pina Delgado, admitiu a trâmite o escrutínio das condutas de:

2.2.1. O Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a arguidos como ‘pessoas de carne e osso’;

2.2.2. O Supremo Tribunal de Justiça ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco.

3. Tendo sido notificado para, na qualidade de entidade recorrida, responder, o Supremo Tribunal de Justiça optou pelo silêncio.

4. O processo seguiu com vista ao Ministério Público para se pronunciar sobre o mérito, o que foi feito através da pena de Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral Adjunto que produziu circunstanciado arrazoado em que destacou o seguinte:

4.1. A afirmação “arguidos de carne e osso”, não terá colocado o requerente “ao nível dos animais ou mesmo de um cadáver de carne e osso, que não são dotadas de características únicas que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade, como defendido pelo recorrente, pelo que carece de sentido a invocação da violação do princípio da dignidade humana, como fundamento autónomo da inconstitucionalidade de tais medidas”, reiterando que “a expressão utilizada não pode ser considerada ofensiva ou violadora da dignidade da pessoa humana”, não colocando o recorrente numa situação de “carência absoluta”;

4.2. Concordava com os fundamentos do órgão judicial recorrido quanto à segunda conduta, prescindido de apresentar qualquer argumento adicional.

5. Marcada sessão de julgamento para o dia 27 de setembro, nessa data se realizou, com a participação dos Juízes-Conselheiros Efetivos e, por força da ausência justificada do Venerando JC Aristides R. Lima, da Eminente Juíza Constitucional Substituta Rosa Martins Vicente, além do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Com a decisão de admissão do recurso prolatada por esta Corte através do *Acórdão 60/2024, de 9 de setembro, Nicola Markovic v. STJ, Admissão de condutas atribuídas ao Supremo Tribunal de Justiça de ter, através do Acórdão 63/2024, de 27 de março, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana um Tribunal se dirigir a arguidos como ‘pessoas de carne e osso’, e de ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco*, Rel: JCP José Pina Delgado, ficou fixado o objeto do recurso;

1.1. O qual incidirá precisamente sobre estas duas condutas já admitidas; isto é, de o órgão judicial recorrido:

1.1.1. Ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a arguidos como ‘arguidos de carne e osso’;

1.1.2. Ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco.

2. Colocando-se, então, a necessidade de, com os devidos ajustes, este Tribunal responder se:

2.1. O STJ ao ter considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a arguidos como ‘arguidos de carne e osso’ teria violado o direito à dignidade humana do recorrente:

2.2. O STJ ao ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, teria violado o direito à ampla defesa, ao recurso e ao contraditório.

3. Dando seguimento à análise do recurso no mérito, o que se apura é que neste caso em concreto, entre as várias condutas imputadas pelo recorrente ao órgão recorrido apenas duas foram admitidas a trâmite, sendo estas, alegadamente, violadoras dos seus direitos à dignidade da pessoa humana, à ampla defesa, ao recurso e ao contraditório, sendo de se excluir como parâmetro os restantes direitos mencionados pelo recorrente;

3.1. No que tange ao direito à dignidade da pessoa humana, cuja violação teria ocorrido, alegadamente, por o Supremo Tribunal de Justiça ter considerado no *acórdão Acórdão 63/2024, de 27 de março* não ser contrário à dignidade da pessoa humana dirigir-se a arguidos utilizando a expressão “arguidos de carne e osso”,

3.1.1. Este órgão judicial, analisando a forma como fora decidida esta questão pelo TRS, salientando a relevância constitucional da dignidade da pessoa humana, chegou à conclusão de que apesar das expressões colocadas em crise não fazerem parte do discurso judiciário e deverem ser evitadas para não dar azo a reações como a do presente recurso, por serem questões de foro deontológico, não seriam passíveis de sancionamento por esta via de recurso. É seu entendimento de que a expressão “em carne e osso” é comumente utilizada para se fazer referência a pessoa ou pessoas fisicamente presentes num determinado evento ou para diferenciar uma pessoa natural de uma pessoa coletiva, não

sendo por isso algo que o cidadão normal entenda como ofensivo à sua pessoa, e muito menos uma alusão que atinja a sua dignidade enquanto ser humano, já que não se destina a “degradar, apoucar ou reduzir à coisificação ou condição de simples objeto”; daí concluir que “a expressão ‘condenar os arguidos de carne e osso, se bem que totalmente despidianda, não assume a virtualidade passível de ofender ou violar a dignidade da pessoa humana (...)”;

3.1.2. Já o recorrente, sem muito desenvolver, alega que a expressão em causa seria “vulgarizante da dignidade da pessoa humana”, já que o homem não se resumiria a “carne e osso”; seria depreciativa e desvalorizante, e não conteria “o elemento caracterizador do ser humano”. Mais tarde, acrescentou que o ser humano possuiria uma dimensão subjetiva que ultrapassaria a simplicidade da carne e do osso. Assim, “reduzir o requerente a carne e osso é coloc[á]-lo[,] no limite[,] ao nível dos animais ou mesmo de um cadáver de carne e osso (de um objeto), que não são dotados da característica única que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade humana”;

3.1.3. Por sua vez, o Ministério Público, considerou que a afirmação “arguidos de carne e osso”, não terá colocado o requerente “ao nível dos animais ou mesmo de um cadáver de carne e osso, que não são dotadas de características únicas que cada ser humano possui, o espírito e a personalidade, como defendido pelo recorrente, pelo que carece de sentido a invocação da violação do princípio da dignidade humana, como fundamento autónomo da inconstitucionalidade de tais medidas”, reiterando que “a expressão utilizada não pode ser considerada ofensiva ou violadora da dignidade da pessoa humana”, não colocando o mesmo numa situação de “carência absoluta”;

3.2. O tratamento constitucional da dignidade da pessoa humana é complexo e a sua presença no discurso jurídico e no ordenamento constitucional é uma realidade.

3.2.1. Realidade com a qual, de forma mais ou menos extensa, o Tribunal Constitucional já teve que se confrontar em diversos acórdãos, nomeadamente nos seguintes arestos: *Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria Ferreira v. STJ, Pedido de Desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 27, 16 de maio de 2017, pp. 659-671, 2.1.1; *Acórdão 7/2017, de 25 de maio, Maria Ferreira v. STJ, Pedido de Extinção de Instância por Inutilidade Superveniente do Processo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903,

2.3.1.; *Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis, S.A. v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 903-925, 20.5.; *Acórdão 16/2017, de 31 de julho, Luís Carvalho*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1029-1036, 10.; *Acórdão 18/2017, de 31 de julho, Maria Barros v. PAICV, Sobre a violação do princípio do contraditório e do dever de fundamentação das decisões por órgão jurisdicional partidário*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1041-1049, 2.7.; *Acórdão 27/2017, de 14 de dezembro, um grupo de Deputados à Assembleia Nacional integrantes da Bancada Parlamentar do PAICV v. Normas contidas na Lei n.º 5/IX/2016, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para 2017 e a deliberação que aprovou a Ordem do Dia para a Sessão Ordinária da Assembleia Nacional de 21 a 24 de novembro de 2016*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 82, 29 de dezembro de 2017, pp. 1784-1819, 5.4.; *Acórdão 6/2018, de 22 de março, Adilson Barbosa v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre a violação dos direitos a não se ser discriminado, à liberdade do corpo e à presunção da inocência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 5.2.; *Acórdão 7/2018, de 29 de março, Joaquim Monteiro v. CNE, sobre recusa de concessão de subvenção de campanha eleitoral decorrente de aplicação de norma inconstitucional*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 11 de abril de 2018, pp. 505-530, 9.2.; *Acórdão 13/2018, de 07 de junho, Manuel Fonseca v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo e da garantia contra a retroatividade da lei penal prejudicial ao arguido*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1277-1285, 4.2.; *Acórdão 20/2018, de 16 de outubro, Uchechukwu Ezeonwu e Chijioke Duru v. STJ, sobre violação da garantia de presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, 25 de outubro de 2018, pp. 1639-1648, 3.; *Acórdão 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges Vs. STJ, sobre violação dos direitos ao contraditório, de audiência e de defesa em processo criminal, a processo justo e equitativo, da liberdade sobre o corpo e da garantia de presunção da inocência e do direito a não se ser discriminado*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157, 3.1.3.; *Acórdão 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21, 3.;

Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 4.8.; Parecer 1/2019, de 17 de abril, Presidente da República v. Norma constante do artigo 2.º do ato legislativo remetido pela Assembleia Nacional, para promulgação como Lei, na parte em que visa alterar o artigo 14.º da Lei n.º 30/VII/2008, de 21 de julho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 44, 18 de abril de 2019, pp. 763-789, 7.4.1.; Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 6.2.1.; Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789, 8.5.2.; Acórdão 48/2019, de 31 de dezembro, PAICV v. Comissão Nacional de Eleições, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 322-329, 3.1.2.; Acórdão 49/2019, de 31 de dezembro, MPD v. Comissão Nacional de Eleições, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 326-337, 2.1.2.; Acórdão 50/2019, de 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 23.3.; Acórdão 9/2020, de 20 de março, Adilson Baptista v. Supremo Tribunal de Justiça, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1725-1731, 2.; Acórdão 10/2020, de 20 de março, Deputados à Assembleia Nacional v. Normas constantes do Acordo entre o Governo da República de Cabo Verde e o Governo dos Estados Unidos da América relativo ao estatuto do pessoal dos Estados Unidos na República de Cabo Verde (SOFA), Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1731-1753, 1.; Acórdão 17/2020, de 02 de junho, Rui Alves e Flávio Alves V. Supremo Tribunal de Justiça, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no Boletim Oficial, I

Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1813-1825, 1.7.; *Acórdão 18/2020, de 12 de junho, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1825-1836, 2.; *Acórdão 45/2020, de 02 de novembro, Cruz Vermelha de Cabo Verde v. CNE, sobre requisição de instalações para funcionamento de assembleias de voto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2020, pp. 69-82, 6.1;

3.2.2. E também nos mais recentes: *Acórdão 6/2021, de 02 de novembro, Pedro Vaz v. Supremo Tribunal de Justiça, sobre violação do direito à liberdade de disposição sobre o corpo e da garantia associada da presunção da inocência*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 31 de maio de 2021, pp. 1772-1776, 7.1.; *Acórdão 33/2021, de 02 de julho, Maria Fontes v. Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca da Praia*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2292-2299, 4.5.; *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.10; *Acórdão 45/2021, de 06 de outubro, Amadeu Oliveira v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2604-2610, 11; *Acórdão 53/2021, de 02 de dezembro, Anilton Almeida v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2021, pp. 84-106, 2.; *Acórdão 60/2021, de 06 de dezembro, Provedor de Justiça v. norma do n.º 1 do artigo 28.º da Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho, alterada pela Lei n.º 117/VIII/2016, de 24 de março, Referente à constitucionalidade de norma que limita o ingresso na função pública de cidadãos com idade igual ou superior a trinta e cinco anos para provimento de lugares correspondentes a categoria inferior ao de pessoal da carreira técnica ou equiparado fora das exceções mencionadas pelo número 1 do artigo 28 da Lei 42/VII/2009, de 27 de julho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, 17 de janeiro de 2021, pp. 130-140, 1.2.; *Acórdão 25/2022, de 24 de junho, Provedor de Justiça v. Normas constantes dos números 1 e 3 do artigo 25 e número 4 do artigo 101 da Lei n.º 42/VII/ 2009, de 27 de julho, na medida em que*

estabeleceria as bases do regime da função pública, relativamente ao modo de vinculação jurídica à função pública e à conversão dos contratos administrativos de provimento em contratos de trabalho a termo certo, de 27 de julho, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 65, 1 de julho de 2022, pp. 1618-1637, 11.3.2.; Acórdão 32/2022, de 04 de agosto, PSD v. CNE, Sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, 7.7.3.; Acórdão 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. STJ, sobre violação da garantia ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao habeas corpus, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1962-197, 2.1.; Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, Tecniciil Imobiliária - Sociedade Unipessoal, S.A. e Alfredo de Carvalho v. Procurador-Geral da República, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, 2.; Acórdão 50/2022, de 22 de dezembro, Aniceto dos Santos v. TRS, sobre inconstitucionalidade de norma hipotética decorrente do artigo 12 do CPP na exata aceção segundo a qual o juiz que aplica medida de coação de prisão preventiva não está impedido, no respetivo processo, de participar do julgamento do arguido, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 6, 18 de janeiro de 2023, pp. 180-206, 3.2.; Acórdão 44/2023, de 04 de abril, Orlando Dias v. Conselho de Jurisdição do MpD, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1041-1052, 6.2.; Acórdão 158/2023, de 11 de outubro, Hélio Sanches v. CNE, sobre pagamento de subvenção eleitoral em situação em que o candidato presidencial não obteve o mínimo de 10% dos votos expressos, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 114, 2 de novembro de 2023, pp. 2339-2343, 6.1.2.; Acórdão 185/2023, de 11 de outubro, Idésio Semedo v. STJ, Não-Admissão por Inexistência Manifesta de Violação de Direito, Liberdade e Garantia, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 4, 11 de janeiro de 2024, pp. 34-42, 9.2;

3.3. Mas, talvez os mais importantes tenham sido, até a oportunidade que presentemente se colocou, o Acórdão 7/2016 de 21 de abril de 2016, proferido no âmbito dos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade n.º 8/2015, Rel: JC Pina Delgado, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 35, 10 de maio de 2016, pp. 1224-1251 e Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde, Vol. I, Praia, INCV,

2016, pp. 19-98, o *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio Pina v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75/93 e respetivo voto vencido, e o *Acórdão 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. STJ, sobre violação da garantia ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1962-1971.

3.3.1. O papel central que a dignidade da pessoa humana ocupa no sistema constitucional cabo-verdiano já foi ressaltado num dos primeiros arestos proferidos por esta Corte Constitucional, que, através do *Acórdão 7/2016 de 21 de abril de 2016, proferido no âmbito dos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade n.º 8/2015*, Rel: JC Pina Delgado, 2.2 – momento no qual se asseverou que “[a] Constituição da República (...) parte da concepção jusfilosófica da dignidade da pessoa humana, como pedra angular da construção do estado constitucional reconhecendo assim o primado da pessoa humana face ao estado”. Pouco tempo depois, através de voto particular, um dos juízes conselheiros salientou que “a dignidade da pessoa humana é uma das bases do nosso sistema constitucional e um princípio objetivo da Comunidade Política Cabo-verdiana não existem dúvidas. Até onde isso é possível em Direito Constitucional, é uma verdade inquestionável, (...). Não haveria alternativa a essa conclusão, haja em vista o que o legislador deixa consagrado no Preâmbulo, sempre válido enquanto instrumento hermenêutico, e particularmente no número 1 do artigo 1º da Constituição, segundo o qual ‘Cabo Verde é uma República (...) que garante a dignidade da pessoa humana’. A questão é que esta fórmula indica simplesmente a existência de um princípio objetivo do sistema, que, naturalmente, projeta-se por todo o ordenamento jurídico e deve ser seguido por todos os poderes da República na condução das atividades que lhes são próprios” (*Declaração de Voto Vencido Proferida pelo Juiz Conselheiro Pina Delgado nos Autos de Recurso de Amparo 3/2016, 1.4*); tese recuperada e acolhida pelo *Acórdão 42/2019, de 19 de dezembro, Rui e Flávio Alves v. STJ, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no Boletim Oficial, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 136-143, b*), para o qual “a dignidade da pessoa humana tal como é proclamada nos termos do n.º 1 do artigo 1.º da Lei Fundamental deve ser considerado um princípio objetivo do sistema”, e foi aplicada no *Acórdão 9/2020, de 20 de março, Adilson Baptista v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020,

pp. 1725-1731, e); no *Acórdão 18/2020, de 12 de junho, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1825-1836, e); e no *Acórdão 33/2021, de 02 de julho, Maria Fontes v. Juízo do Trabalho do Tribunal Judicial da Comarca da Praia*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2292-2299, 4.5). Também foi tido por “princípio constitucional supremo” (*Acórdão 16/2017, de 31 de julho, Luís Carvalho*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1029-1036, 10; *Acórdão 45/2020, de 02 de novembro, Cruz Vermelha de Cabo Verde v. CNE, sobre requisição de instalações para funcionamento de assembleias de voto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 3, 12 de janeiro de 2020, pp. 69-82, 6.1; *Acórdão 44/2023, de 04 de abril, Orlando Dias v. Conselho de Jurisdição do MpD*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 44, 21 de abril de 2023, pp. 1041-1052, 6.2).

3.3.2. Posição reiterada e completada com o seu reconhecimento como valor comunitário que reflete a identidade constitucional no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.10, como valor institucional adotado pela Comunidade Política Cabo-Verdiana no *Acórdão 32/2022, de 04 de agosto, PSD v. CNE, Sobre dever de pagamento de subvenções eleitorais por decurso de prazo decisório da CNE*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 29-36, 7.7.3, e como valor constitucional supremo nos termos do *Acórdão 158/2023, de 11 de outubro, Hélio Sanches v. CNE, sobre pagamento de subvenção eleitoral em situação em que o candidato presidencial não obteve o mínimo de 10% dos votos expressos*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 114, 2 de novembro de 2023, pp. 2339-2343; 6.1.2.

3.3.3. No *Acórdão N. 60/2024, de 9 de setembro, Nicola Markovic v. STJ, Admissão de condutas atribuídas ao Supremo Tribunal de Justiça de ter, através do Acórdão 63/2024, de 27 de março, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana um Tribunal se dirigir a arguidos como ‘pessoas de carne e osso’, e de*

ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, Rel: JC Pina Delgado, 6.1.3, que admitiu o presente recurso foi abordada a discussão feita pelo Tribunal sobre o problema da utilização da dignidade da pessoa humana como direito subjetivo, por ser questão a ser analisada neste processo, e foi realçado ser o entendimento atual do Tribunal que a dignidade da pessoa humana possui natureza subjetiva por força da incorporação do artigo 5º da Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – através da cláusula de abertura do artigo 17, parágrafo primeiro, nos termos do *Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria Ferreira v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 933-950, 2.1.6, isto é, “quando há necessidade de apuramento do sentido, alcance ou âmbito de uma norma de direitos fundamentais que não seja possível de forma autónoma; que dessa interpretação resulte a expansão do direito e não a sua compressão ou a justificação da sua limitação, atendendo que a sua finalidade é garantir a máxima proteção do direito de base constitucional e não o estabelecimento das bases internacionais de sua afetação” – ao sistema cabo-verdiano de direitos fundamentais, mas que, pelo facto de ele se vivificar em vários outros direitos, liberdades e garantias, projetando-se sobre os mesmos, remete a invocação do direito à dignidade humana a uma situação mais residual, devendo por isso ser utilizado como parâmetro de escrutínio apenas naquelas situações em que pela sua natureza não são cobertas por qualquer outro direito mais específico, solução que se materializou através do *Acórdão 37/2022, de 12 de agosto, Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz v. STJ, sobre violação da garantia ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado 2.1.2.

3.3.4. Por conseguinte, a dignidade manifesta-se através de diversas formas na ordem constitucional cabo-verdiana: como valor constitucional, como princípio constitucional estruturante e, a partir da cláusula de abertura, como direito subjetivo.

3.4. E as suas raízes remontam a bases filosóficas e religiosas universais e também a tradições que foram se formando e formatando a partir da experiência coletiva deste povo ilhéu (v., por todos, Corsino Tolentino *et al.* (coord.), *O Ilhéu de Cabo Verde*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2019, *passim*).

3.4.1. Por esta razão, o *Acórdão 7/2016, de 28 de abril, Fiscalização Abstrata Sucessiva de Constitucionalidade do artigo 9º, nº 2, da Lei de Organização do CSMJ, que impede o acesso a cargo de Vice-Presidente do CSMJ a magistrado judicial*, Rel: JC Pina Delgado, acolheu certas orientações sobre a dignidade da pessoa humana, em contexto no qual, além de recorrer aos luminares que foram se pronunciando a respeito, como Cícero, Santo Tomás de Aquino, Pico de la Mirandola e, sobretudo, Kant, também percorreu a sua história cultural e institucional, típica de uma sociedade crioula, de passado colonial e escravocrata, arquipelágica e patriarcal; as idiossincrasias antropológicas do homem cabo-verdiano, e o pensamento político local de pensadores como Eugénio Tavares, Luiz Loff de Vasconcelos, Pedro Cardoso e Amílcar Cabral;

3.4.2. É a esta configuração à qual se deve apelar para densificar o sentido constitucional da dignidade da pessoa humana, evitando-se o proverbial, mas sempre passível de desvirtuamento, empréstimo de experiências alheias, muitas vezes construídas em contextos específicos e com propósitos muito próprios, como ressaltou-se no âmbito de uns autos em relação à Alemanha e à África do Sul, países nos quais se terá experienciado situações de negação absoluta da dignidade da pessoa humana que justificaria uma pedagogia da dignidade permanente, não seria este o caso do Cabo Verde contemporâneo (*Declaração de Voto Vencido Proferida pelo Juiz Conselheiro Pina Delgado nos Autos de Recurso de Amparo 3/2016, 1.6*).

3.5. Do ponto de vista subjetivo,

3.5.1. A dignidade da pessoa humana é concebida, desde logo, como um direito exclusivamente individual que não pode ser estendido a entidades abstratas como empresas (*Tecnicil Imobiliária - Sociedade Unipessoal, S.A. e Alfredo de Carvalho v. Procurador-Geral da República*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, 2),

3.5.2. E tem como destinatário precípua todos os poderes do Estado, incluindo o administrativo (*Acórdão 8/2017, de 29 de junho, Sal Hotéis, S.A. v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 903-925, 20.5), e, os próprios particulares, nomeadamente os partidos políticos (*Acórdão 18/2017, de 31 de julho, Maria Barros v. PAICV, Sobre a violação do*

princípio do contraditório e do dever de fundamentação das decisões por órgão jurisdicional partidário, Rel: JC Pina Delgado, 2.7).

3.6. Relativamente ao seu conteúdo, decorre da experiência e dos debates travados nesta Corte Constitucional que dela:

3.6.1. Projeta-se uma obrigação negativa de o Estado se abster de condutas de qualquer natureza que usem a pessoa como meio para atingir as suas finalidades, a qual ficou consagrado num pronunciamento do TC, segundo o qual “a dignidade da pessoa humana enquanto valor que se sobrepõe ao próprio Estado, não consente que a pessoa possa ser considerada como se de objeto se tratasse ou instrumentalizada, ainda que seja para a consecução de fins legítimos. (...) A realização da justiça do caso é um valor constitucional, mas não é um valor absoluto, que possa ser perseguido por quaisquer formas. Um Estado de Direito, que reconhece a dignidade da pessoa humana e que, por conseguinte, deve guiar-se pelo princípio da lealdade, não pode permitir-se socorrer de meios que proíbe, de condutas que criminaliza, para perseguir e condenar pessoas. Pois, os fins não justificam os meios (...)” (*Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 5.10.3);

3.6.2. Numa obrigação positiva para o Estado de garantir que mesmo nas relações entre os particulares, ainda que de forma menos intensa, não existam relações de subordinação absoluta ou de instrumentalização;

3.6.3. Numa obrigação positiva para o Estado de usar os meios materiais à sua disposição para garantir que as pessoas não vivam abaixo de certos patamares existenciais (*Acórdão 7/2016, de 28 de abril, Fiscalização Abstrata Sucessiva de Constitucionalidade do artigo 9º, nº 2, da Lei de Organização do CSMJ, que impede o acesso a cargo de Vice-Presidente do CSMJ a magistrado judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 2.3.7).

3.7. Dito isto, porém, não se pode esconder as dificuldades de se operacionalizar escrutínios com base em parâmetros que, independentemente dos seus méritos, estão marcados por grande plasticidade.

3.7.1. O que, de resto, já havia sido objeto de discussão neste Tribunal, quando, na única vez que se tentou promover juízo de conformidade entre um ato do poder judicial e o direito à dignidade da pessoa humana, a utilização da chamada fórmula do objeto, que proíbe a instrumentação do sujeito-homem, e o critério do desprezo pelo valor próprio (*Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio Pina v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Aristides R. Lima, 23.1), não foi considerado suficiente, posto que em voto vencido, um dos juízes continuava a chamar a atenção para a necessidade de se “desenvolver critérios de objetivação similares aos que o Tribunal já fez em relação aos princípios da proporcionalidade, da igualdade e da proteção da confiança, pois, caso contrário, haveria sempre a tendência de se construir a dignidade da pessoa humana a partir de concepções individuais do juiz sobre o bem e sobre a pessoa sem qualquer limitação”, arrematando o mesmo que “Dados os riscos que a dignidade da pessoa humana representa sobretudo para a liberdade e autonomia individuais, não se pode deixar tal poder de concretização de expressões altamente plásticas, como ‘dignidade’ e especialmente ‘pessoa humana’ nas mãos de um grupo de pessoas que, por mais iluminadas que sejam, transportam as suas concepções e a sua imagem de homem, pois, muitas coisas poderão ser contrárias a concepções particulares ou a avaliações individuais de termos muito imprecisos como humilhação, degradação, etc, num caso concreto de recurso de amparo que comporta dificuldades acrescidas de aplicação coerente se compararmos ao que podia decorrer da utilização do princípio da dignidade da pessoa humana num processo de fiscalização de normas. Na verdade, o Tribunal já tinha adotado um primeiro passo no sentido de tentar recortar uma concepção constitucional e comunitária de dignidade da pessoa humana num caso a envolver a expressão igual dignidade social (*Acórdão nº 7/2016, de 28 de abril, Rel: JC Pina Delgado*). Seria necessário desenvolver essas ideias, criando critérios e parâmetros de avaliação o mais objetivos que fosse possível sobre eventual violação do direito à dignidade da pessoa humana, nas situações excecionais em que isso se viesse a colocar” (*Declaração de Voto Vencido Proferida pelo Juiz Conselheiro Pina Delgado nos Autos de Recurso de Amparo 3/2016, 1.9.3*), o que nunca chegou a acontecer;

3.7.2. Uma necessidade que se adensa, posto ter o Tribunal Constitucional a consciência do risco de “se acolher uma concepção vulgarizante da dignidade da pessoa humana, ela própria instrumentalizada no sentido de a tudo imputar violação ao valor intrínseco do ser humano, (...)” e de se ter presentes os “riscos de apropriação de conceitos plásticos para os mais diversos fins (...)” (*Kevin Rodrigues e Leonardo da Cruz*

v. *STJ, sobre violação da garantia ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e da garantia ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado, 2.1.4).

3.7.3. E também por ser necessário tentar conciliar a perspectiva residual do escrutínio de violação do direito à dignidade humana com os demais direitos subjetivos nos quais a dignidade humana se vivifica, na medida em que ele se projeta sobre vários deles, *máxime* nas garantias fundamentais de proibição da pena de morte e da tortura; no direito à honra, bom nome e reputação, liberdades, bem como sobre as dimensões nucleares de vários direitos económicos e sociais, nomeadamente as relacionadas à saúde (artigo 71), à segurança social (artigo 70) e à habitação (artigo 72) e sobre os direitos de integrantes de grupos vulneráveis, como crianças (artigo 74); jovens (artigo 75); pessoas com deficiência (artigo 76), idosos (artigo 77).

3.7.4. Considerando que o direito subjetivo à dignidade, que garante a amparabilidade de pretensões assentes nesse parâmetro constitucional, é reconhecido por incorporação do conteúdo do primeiro segmento do artigo 5º da Carta Africana, algum apoio nesta empreitada de definição de um teste mínimo de objetivação poderia ser encontrado na jurisprudência dos tribunais regionais de proteção de direitos que garantem a eficácia dessa norma. Apesar de Cabo Verde não se encontrar neste momento vinculado à jurisdição de direitos humanos do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos e à do Tribunal de Justiça da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (*Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Rel: JC Pina Delgado, 12) nada impediria que, num quadro voluntário, se absorvesse critérios que, sendo persuasivos (*Acórdão 30/2021, de 29 de junho, Alex Saab v. STJ, sobre solicitação de cumprimento de pedido de adoção de medidas provisórias dirigido ao Estado de Cabo Verde pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2270-2283, *passim*), fossem harmonizáveis com a identidade constitucional cabo-verdiana. Contudo, o que se observa é que, no geral, nenhum desses tribunais, malgrado terem desenvolvido jurisprudência relevante em relação a questões substantivas a envolver o direito à dignidade da pessoa humana, segue um teste de objetivação propriamente dito, preferindo

determinações quase automáticas de violações das posições jurídicas dele emergentes, regra geral dependentes da invocação de outros direitos e garantias, como a proibição da tortura e de tratamentos cruéis, desumanos e degradantes, aparentemente para reforçar simbolicamente a gravidade de uma determinada violação de direitos;

3.7.5. No *Acórdão 7/2016 de 21 de abril de 2016, proferido no âmbito dos Autos de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade n.º 8/2015*, Rel: JC Pina Delgado 7/2016, 2.3.8, proclamou o Tribunal Constitucional que “qualquer tratamento que coisifique o homem, que o humilhe, que o menorize, que o instrumentalize, e que seja empreendida por poderes públicos ou privados, atentam contra a sua dignidade, o seu senso de si, a sua necessidade de não depender arbitrariamente de ninguém, de não ser descartável, enfim de não ser reduzido a condição animalesca e/ou de *res*, como o escravo ou até o liberto, que, sem liberdade ou igualdade, é equiparado as alimárias e condenado, contra a sua vontade, a servir a senhores em sociedades hierarquizadas”;

3.7.6. Por conseguinte, se a dignidade é um atributo da pessoa humana que veda a negação do seu valor intrínseco, a sua instrumentalização, a sua humilhação e a sua vulnerabilização, o direito à dignidade da pessoa humana corresponde ao direito que um ser humano possui de ser tratado em concreto de acordo com o valor atribuído a um homem abstrato que transporta a humanidade em si. Neste sentido, uma violação ao direito à dignidade humana acontecerá nos casos em que uma conduta de um poder público ou de entidades provadas atinja não somente os direitos fundamentais de uma pessoa, mas, antes, a sua própria humanidade, aquilo que lhe caracteriza como um ser humano, portador de valor próprio, independentemente das circunstâncias em que se encontra, o que exige que se verifique se um ato ou uma omissão atinge a humanidade em si da pessoa e se há intenção de negação ou desconsideração grosseira da possibilidade de isso ocorrer.

3.8. Neste caso concreto, não se vislumbra que estivesse em causa a afetação de qualquer dos direitos fundamentais acima mencionados, direitos esses inerentes à pessoa humana, nem tão pouco se poderia admitir que se estaria perante uma situação de vulneração da dignidade humana não coberta por outro direito fundamental mais específico, pois mesmo a honra que podia estar abstratamente em causa, parece ultrapassada pelos efeitos que o recorrente pretende atribuir ao facto de ter sido tratado como “arguido de carne e osso”. Os juízes do Tribunal Constitucional reiteram, pois, a

posição adotada pelo acórdão de admissibilidade, permissiva de inquérito de conformidade entre uma decisão que não censura o facto de um tribunal de julgamento tratar pessoas como arguidos de carne e osso e o direito subjetivo à dignidade da pessoa humana.

3.8.1. Escrutínio que, devendo ser estrito (*Declaração de Voto Vencido Proferida pelo Juiz Conselheiro Pina Delgado nos Autos de Recurso de Amparo 3/2016*, 1.10), de acordo com os parâmetros desenvolvidos *supra*, deve ser conduzido com o máximo de cuidado e rigor por se tratar de situação em que, pela subordinação da pessoa ao poder público, ela fica numa situação de maior vulnerabilidade, evocando o Tribunal as diversas situações em que já havia identificado desconformidades com a dignidade da pessoa humana em contexto de aplicação da lei criminal;

3.8.2. Como se tinha resumido nesse mesmo voto, seria “inegável [...] que o princípio da dignidade da pessoa humana se subjetiva quando se projeta e se incorpora em vários direitos, dentre os quais diversas garantias penais, precisamente porque, em última instância, se o Estado priva uma pessoa da sua liberdade sem que seja provada a sua culpa está literalmente a instrumentalizar a pessoa, a tratá-la como uma coisa, como um ser que não possui um valor intrínseco e que, como tal, pode servir como meio para que ele atinja outros objetivos, por exemplo, dar resposta a exigências punitivas ou moralistas da sociedade, garantir ou sensação de segurança pública, privando uma pessoa arbitrariamente da sua liberdade natural”;

3.8.3. Tendo isto em mente, o Tribunal Constitucional considerou que a manutenção de um arguido em prisão preventiva, elevando o prazo de sua subsistência, pela simples razão de sua libertação causar “alarme social” não seria aceitável, “designadamente pelos efeitos generalizados que isso pode ter de submissão da pessoa aos humores da maioria ou da sociedade, aos sentimentos de repulsa que possam causar, na medida em que o indivíduo é colocado como um mero instrumento que o Estado pode usar para aplacar as emoções sociais, atingindo a própria dignidade da pessoa humana” (*Acórdão 25/2018, de 29 de novembro, Arlindo Teixeira v. Supremo Tribunal de Justiça*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 11-21, 9);

3.8.4. Numa outra ocasião que possível lesão da garantia ao *habeas corpus*, ao direito à liberdade ambulatoria ou à garantia à defesa e ao contraditório – numa circunstância em que pessoas jovens condenadas perderam o benefício de pena alternativa na sequência de determinação judicial de não-cumprimento das condições da mesma, disso resultando na sua condução à cadeia para cumprir pena de reclusão, sem que antes tenham sido ouvidos – se colocou, os seus juízes proclamaram que isso “poderia, em abstrato, atingir a dignidade da pessoa humana porque, em última instância, reconduzível à instrumentalização do indivíduo para a realização dos fins do Estado, nomeadamente da segurança pública e da administração da justiça, ou à negação do seu valor intrínseco, o que é eloquentemente vedado pela Lei Fundamental (...)”, arrematando o Tribunal Constitucional que nos escrutínios que promove “em casos que têm no seu bojo violação potencial de direitos processuais em sede criminal, está sempre no seu espírito, desde que aqueles sejam graves, a proteção da dignidade da pessoa humana face ao poder punitivo do Estado”. Não tendo na ocasião adotado uma posição absolutista da finalidade das penas, na medida em que estas “teriam um papel insubstituível para a preservação dos direitos de outras pessoas ou interesses públicos relevantes – daí não deixar de pressupor até as mais gravosas no número 2 do artigo 30 em “consequência de sentença judicial condenatória pela prática de atos puníveis por lei com (...) prisão (...)” – apesar de vedar a aplicação de certos tipos de penas, nomeadamente a de morte (artigo 28, parágrafo segundo, segundo segmento) e as que foram cruéis, desumanas e degradantes (artigo 28, parágrafo segundo, primeiro segmento) e a de prisão perpétua (artigo 33), por autoridades nacionais, e de sujeitar qualquer delas aos critérios de restrição de direitos definidos pelos números 4 e 5 do seu artigo 17, nomeadamente ao princípio da proporcionalidade. Mas, não só permite como impõe que, em certos casos, de menor gravidade – em que não se verifique defeito da reação penal e em que se revelem benéficas para o condenado – se aplique outros tipos de pena não restritivos da liberdade sobre o corpo”, desde que as que fossem constitucionalmente permitidas e decorressem de um devido processo legal, com amplas oportunidades de defesa, no quadro “de um complexo, mas necessário, balanceamento entre o princípio da liberdade e da autonomia individuais, do qual resulta não só o postulado do estado natural de liberdade do indivíduo, mas igualmente a responsabilidade decorrente do seu agir moral; o plástico princípio da dignidade da pessoa humana; o princípio da solidariedade e o princípio da justiça, todos consagrados na Lei Fundamental”;

3.8.5. Mais recentemente, num voto vencido, um dos juízes alertou para o facto de que a formulação de leis penais ambíguas, incertas e indecifráveis, ao permitirem inferências e analogias de toda a espécie ao juiz, seria suscetível de atingir “a legalidade penal, constitucionalmente protegida, e o próprio princípio da igualdade, quando não o princípio da dignidade da pessoa humana” (*Declaração de Voto (Vencido) do JC Pina Delgado*, publicado no *Boletim Oficial*, N. 76, 8 de agosto de 2024, pp. 1707-1710, 3.1.2).

3.8.6. De outra banda, o Supremo Tribunal de Justiça já havia considerado que uma norma a considerar certos crimes especialmente hediondos, como o crime de homicídio agravado e crimes internacionais como o de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra como imprescritíveis, longe de ser contrário à dignidade da pessoa humana era uma forma de garanti-la ao proteger bens jurídicos dela resultantes, como a vida (*Parecer 1/2015, do Supremo Tribunal de Justiça (como Tribunal Constitucional), sobre a constitucionalidade de certos crimes*, Rel: JC Zaida Lima, 1a), posição seguida igualmente pelo *Acórdão 48/2019, de 31 de dezembro, PAICV v. Comissão Nacional de Eleições*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 322-329, 3.1.2; e *Acórdão 49/2019, de 31 de dezembro, MPD v. Comissão Nacional de Eleições*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 326-337, 2.1.2, ambas do Tribunal Constitucional;

3.9. Malgrado o Tribunal Constitucional entender que a subjectivização da dignidade da pessoa humana leva a que seja tratado como qualquer direito, liberdade e garantia, logo sujeito a ser balanceado, naturalmente com o peso que tem, com outros, nomeadamente com direitos de liberdade, direitos de igualdade e direitos sociais, e situações em que não exista propriamente um direito, mas uma prerrogativa de um poder público – neste caso decorrente da autonomia que o juiz possui para apresentar as razões para as suas decisões –, cuja forma é definida pela lei, autoriza-se uma operação de subsunção, no sentido de se atestar se, com efeito, a posição jurídica invocada de, em contexto sancionatório, como pessoa, o recorrente não poder ser tratado por um juiz de arguido de carne e osso, é protegida pelo direito à dignidade da pessoa humana.

4. Dito isto, a questão de se saber se ao se designar o arguido – por outras palavras, conforme o artigo 74 do Código de Processo Penal, uma pessoa sobre a qual “recaia forte suspeita de ter cometido um crime, cuja existência esteja suficientemente comprovada e

como tal esteja constituído, nos termos do artigo 76 – como sendo de carne e osso negou-se a humanidade que transporta, deve ser apreciada do seguinte modo:

4.1. Tal negação e logo a violação do direito só aconteceriam se a expressão fosse objetivamente negadora da dignidade de uma pessoa; ou se, contextualmente, ela materializasse esse efeito ou ainda se o juiz subjetivamente a tivesse utilizado com o propósito de produzir esse efeito.

4.2. Em relação à ofensividade da expressão “arguido de carne e osso”,

4.2.1. Numa sociedade onde parte considerável da população professa a religião católica, ou que independentemente disso, esta integra, em forma religiosa ou secularizada, as tradições locais nacionais, nomeadamente ao código linguístico partilhado, com todas as implicações daí decorrentes, se possa compreender esta propensão para se querer fazer crer que um tribunal se referir a pessoa como arguidos de carne e osso seria vulgarizar a condição humana a eles inerente. Não parece que seja inverosímil que mesmo estando vincado na nossa Lei Fundamental que Cabo Verde é um Estado laico que respeita e reconhece a separação entre as igrejas e o Estado (artigo 2º parágrafo 2º), a conceção de dignidade humana que foi adotada na Constituição, seja reflexo, direto ou indireto, da ideia cristã e hebraica do homem ser feito à imagem de Deus (*imago dei*), e que se diferencia dos outros animais pelo facto de além da matéria de carne e de osso, possuir ainda capacidade de raciocínio e entendimento das coisas, assim como sentimentos, o que no fundo corresponderia ao facto de estar dotado de uma alma;

4.2.2. Sobre a discussão aberta sobre a expressão de carne e osso, e da probabilidade de poder vulnerar a dignidade de um arguido quando colocada na sentença de um tribunal, não deixa de ser curioso que na própria Bíblia Sagrada, referindo-se ao momento da criação da mulher por Deus, se encontre no Livro de *Génese*, artigo 2º, versículos 21,22,23, o seguinte trecho: “(21) Então o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre o homem, e este adormeceu; tomou-lhe, então, uma das costelas, e fechou a carne em seu lugar; (22) e a costela que o Senhor Deus lhe tomara, formou a mulher e a trouxe ao homem. (23) Então disse o homem: esta é agora osso dos meus ossos e carne da minha carne; ela será chamada varoa, porquanto do varão foi tomada” (*Bíblia Sagrada*, trad. Centro Bíblico Católico, Cucujães, Editorial Missões, 1998, p. 29), encontrando-se

várias outras referências análogas ao longo das mesmas Escrituras, nomeadamente na *Epístola aos Efésios*, quando se destaca que “não é contra homens de carne e sangue que temos de lutar, mas contra os principados e as potestades deste Mundo (...)” (*Id.*, p. 1997, 6/12 e ss);

4.2.3. A mesma ideia de que a condição humana se consubstancia no facto de o homem ser feito de carne e osso pode ser ainda encontrada no trecho do ensaio do filósofo Miguel de Unamuno, “El Hombre de Carne y Hueso” in: *Del Sentimiento Trágico de la Vida*, Madrid, Renacimiento, 1913, p. 5, na parte em que se referindo ao que entende ser verdadeiramente o ser humano, se expressa da seguinte forma: “(...) el hombre. El hombre de carne y hueso, el que nace, sufre y muere-sobre todo muere-, el que come y bebe y juega y duerme y piensa y quiere, el hombre que se ve y a quien se oye, el hermano, el verdadero hermano/ (...) o homem. O homem de carne e osso, aquele que nasce, sofre e morre - sobretudo morre -, aquele que come e bebe e brinca e dorme e pensa e quer, o homem que pode ser visto e ouvido, o irmão, o verdadeiro irmão”;

4.2.4. De resto, a alma, como atesta a leitura de luminares do pensamento universal que sobre ela se pronunciaram também não prescinde do corpo, dizendo a respeito Aristóteles, *Sobre a Alma*, Ana Maria Lobo (trad.), Lisboa, IN-CM, 2010, p. 62, que ela é “o primeiro ato de um corpo natural que possui vida em potência”, e Santo Agostinho, *Sobre a Potencialidade da Alma*, Aloysio Jansen de Faria (trad.), Petrópolis, Br., Vozes, 2018, p. 22, que o ser humano é constituído de “corpo e alma”.

4.3. E isso é só uma amostragem, pois dezenas de outros pensadores e literatos usam a expressão sem que, com isso, quisessem minorizar o homem;

4.3.1. Não só nas tradições e escritos cristãos conduzem a tal entendimento, bastando que qualquer atente às palavras que António Gramsci caracterizada a resistência de trabalhadores da FIAT em Itália, como a luta possível de homens de carne e osso, seres com limites, imperfeitos e, sobretudo, com necessidades físicas resultantes da sua condição humana (‘Uomini de carne e ossa’, *L’Ordine Nuovo. Quotidiano del Partito Comunista*, A. 1, N. 127, 8 maggio 1921, p. 1).

4.3.2. Nietzsche, *Menschliches, Allzumenschliches. Ein Buch für Freie Geister*, Leipzig, Druck und Naumann, 1894, p. 91, aforismo 82, normalmente traduzido por

Humano, Demasiadamente Humano, caracterizou o Homem como um ser de ossos, carne, intestinos, vasos sanguíneos e alma revestidos por peles;

4.3.3. Entre nós, nenhuma censura havia de se fazer ao poeta Corsino Fortes, quando no poema “A Lestada de Lés a Lés” in: *A Cabeça Calva de Deus*, São Paulo, Escrituras, 2010, p. 181, proclamou solenemente que “Mesmo que o vento vergue, No eixo da terra E nos mastros da alma, Os ossos & séculos de sangue & secura [...] Mesmo sendo! Já não somos os flagelados do vento leste”.

4.4. Ademais, como disse e bem o próprio órgão judicial recorrido a expressão pode ser utilizada com as mais diversas intenções e aceções, desde aquelas que tenham base estético-literárias a necessidades de distinção com outro tipo de pessoas reconhecidas pelo direito, nomeadamente pelo direito penal; para qualificar o homem e distingui-lo de uma máquina ou de outra matéria mais inflexível e inerte – porque é de sangue e osso, não é de ferro, nem é de pedra, tem limites, é finito, sofre, sente dor, padece de doenças, tem frio e fome, fica com sede, etc. –; para indicar alguém que esteja presente fisicamente num determinado local (“em carne e osso”), etc., etc.

4.5. Se a expressão objetivamente considerada não produz, por si só, qualquer ataque inconstitucional contra a dignidade da pessoa, podia colocar-se a possibilidade de projetar tais efeitos em situações nas quais uma pessoa está em situação de vulnerabilidade, pois sujeita ao poder punitivo do Estado.

4.5.1. Mas, também neste particular não parece a este Tribunal que tal efeito se produz necessariamente, pois a expressão em si, dada a sua aceção polissémica, é relativamente neutra;

4.5.2. Pois, tanto pode ser associada a uma tentativa de extirpar um homem de elementos intangíveis que lhe são próprios, como também a mostrar solidariedade pela sua natureza e pelo sofrimento inerente à sua condição humana e corpórea.

4.6. No mesmo diapasão, não obstante poder entender as críticas que foram dirigidas à sentença por ter usado a expressão, dada a prática de os tribunais judiciais estarem adstritos à utilização de uma linguagem mais sóbria e técnica, o Tribunal Constitucional não consegue identificar qualquer intenção do juiz de julgamento de negar a humanidade do recorrente.

4.6.1. Com efeito, a expressão é usada uma única vez na sentença, no momento em que ele fixou o valor das custas processuais e de procuradoria “(arguidos de carne e osso)”.

4.6.2. No mais, são genericamente tratados por arguidos ou pelo seu nome;

4.6.3. Nada mais tendo sido autuado, o Tribunal Constitucional não tem elementos adicionais que permitissem identificar alguma intencionalidade maligna que conduziu à utilização da expressão;

4.6.4. E nem se sabe se a expressão não consta da sentença por engano, quiçá numa tentativa emprestada de outra decisão judicial em que também seriam arguidos pessoas coletivas.

4.7. Por conseguinte, é entendimento do Tribunal Constitucional que designar pessoas como “arguidos de carne e osso”, em circunstâncias nas quais não exista qualquer evidência de uma intenção de negar a humanidade de um arguido não viola o direito à dignidade da pessoa humana.

5. Em relação à pretensa violação do direito à defesa, ao recurso e ao contraditório, por ter o STJ considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, e não na sua língua materna.

5.1. As posições foram articuladas da seguinte forma:

5.1.1. O Egrégio STJ entendeu que o facto de o arguido não ter sido notificado na sua língua materna como pretendia se deve ao facto de isso não ser determinado por lei, pelo facto de ter manifestado que entendia a língua inglesa e pela urgência que havia na sua notificação, em contexto no qual pessoa que podia assegurar a tradução para o montenegrino não se encontrava disponível. Sendo prova de que tal comunicação se materializou o facto de o arguido ter reclamado da decisão que confirmou a sua condenação, pedindo esclarecimentos. Além disso, chamou a atenção para o facto de ser virtualmente impossível lidar com uma exigência de que a notificação se tenha de fazer na língua materna de qualquer arguido, sobretudo em relação a idiomas dominantes em nações com as quais se tem menos contato neste país, por ser mais difícil encontrar

intérpretes, logo conduzindo a “impossibilidades processuais”. Recusou-se, assim, a aceitar que não se cumpriu o artigo 6º do CPP ou que se vulnerou qualquer direito fundamental;

5.1.2. Posição diferente foi articulada pelo recorrente, para quem o arguido devia ter sido notificado na sua língua materna, o único idioma que compreenderia bem, como, de resto, terá deixado claro na informação que prestou aos oficiais de justiça, ressalvadas as vias tortuosas usadas pelos mesmos para obter tal informação;

5.1.3. O Ministério Público acolheu sem reservas ou adendas a posição do órgão judicial recorrido.

5.2. Os direitos invocados como parâmetros já foram objeto de arestos desta Corte Constitucional:

5.2.1. A garantia de exercício do contraditório no *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, B. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 3.1.2; no *Acórdão 10/2018, de 3 de maio, Joaquim Wenceslau v. STJ, sobre os direitos de audiência e de defesa, a garantia de não ser despedido com base em motivos políticos ou ideológicos e de não ser prejudicado em virtude das suas opções político-partidárias*, Rel: JP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 869-884, 1.4; no *Acórdão 24/2018, de 13 de novembro, Alexandre Borges v. STJ, sobre o direito ao contraditório, à audiência e ao devido processo legal e o direito à liberdade sobre o corpo*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 28 de dezembro de 2018, pp. 2132-2157, 1.4; no *Acórdão 9/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, publicado

no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 26 de setembro de 2019, pp. 1618-1653, 7; no *Acórdão 30/2019*, de 30 de agosto, *Atlantic Global Asset Management v. PGR*, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789, 3.4.4; no *Acórdão 50/2019*, 27 de dezembro, *Luís Firmino v. STJ*, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 1.2., 2; no *Acórdão 25/2021*, de 30 de abril, *Walter Fernandes dos Reis v. STJ*, sobre violação da garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito de audiência prévia e ao recurso, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.1.1; no *Acórdão 38/2022*, de 12 de agosto, *António Tavares Monteiro v. TRS*, sobre violação das garantias ao contraditório, à audiência e à ampla defesa em processo penal, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 94, 28 de setembro de 2022, 5.1.3; no *Acórdão 129/2023*, de 1 de agosto, *Gilson Alex dos Santos Vieira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça - sobre o direito de defesa com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1856-1859, 6-7; no *Acórdão 146/2023*, de 31 de agosto, *Johnny Barros Brandão v. TRS*, sobre os direitos ao contraditório, à ampla defesa e à audição do arguido, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2008-2012, 3.; no *Acórdão 163/2023*, de 23 de outubro, *Adair Manuel Sanches Batalha v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 116, 7 de novembro de 2023, pp. 2371-2375, 10.1.; e no *Acórdão 58/2024*, de 31 de julho, *Júlio Alberto Costa Monteiro v. Tribunal da Relação de Sotavento*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 8 de agosto de 2024, pp. 1728-1732, 9..

5.2.2. O direito ao recurso, já analisado no *Acórdão 20/2019*, *Edílio Ribeiro v. STJ* sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por intempestividade, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, 22 de julho de 2019, pp. 1214-1223, 2.5.5; no *Acórdão 50/2019*, de 27 de dezembro, *Luís Firmino v. STJ*, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 14 de janeiro de 2020, pp. 131-136; no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino e Rafael Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716; no *Acórdão 15/2020, de 30 de abril, Eder Yanick Carvalho v. TRS, sobre violação das garantias a se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813, 4.1.; no *Acórdão 60/2020, de 4 de dezembro, José Marcos v. STJ, sobre violação do direito de acesso à justiça e o direito de recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 20, 19 de fevereiro de 2021, pp. 674-678, para. 1.2. e ss.; no *Acórdão 43/2021, de 30 de setembro, Aguinaldo Ribeiro v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2594-2601, 7; no *Acórdão 58/2021, de 6 de dezembro, Okechukwu Onuzuruibgo e outros v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 319-325, 3; no *Acórdão 59/2021, de 6 de dezembro, Adilson Staline v. Presidente do TRS, sobre violação do direito ao recurso, à ampla defesa e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 326-331, 2; no *Acórdão 18/2022, de 19 de abril de 2022, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, 1 de julho de 2022, pp. 1590-1596 (c)); no *Acórdão 33/2022, de 5 de agosto de 2022, David Manuel Sérgio Conceição v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e do direito ao habeas corpus*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1948-1951, 6.1.; no *Acórdão 34/2022, de 5 de agosto de 2022, Maria Augusta Correia Tavares v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, Publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2. ss; no *Acórdão 175/2023, de 27 de novembro de 2023, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2497-2515, 8.1.5.; e no *Acórdão 7/2024, de 19 de janeiro de 2024, Amadeu Fortes Oliveira v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 6 de fevereiro de 2024, 8.1.5.

5.2.3. E, por fim, em relação ao direito de defesa, manifestou-se no *Acórdão 29/2019, de 30 de julho, Arlindo Teixeira vs. STJ, referente à norma prevista pelo número 1 do artigo 2 da Lei nº 84/VI/2005, referente ao princípio da realização de audiências públicas nos tribunais e da garantia de audiência pública em processo criminal, bem como as garantias a um processo equitativo, ao contraditório e à ampla defesa*, Rel: JC Pina Delgado, 7; no *Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, 3.2.3; no *Acórdão 50/2019, Luís Firmino v. TRB, de 27 de dezembro, Rel: JC Pina Delgado, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório*, 1.2 e 2; no *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino e Rafael Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 4.2; no *Acórdão 15/2020, de 30 de abril, Éder Yanick Carvalho v. TRS, sobre violação das garantias a se ser julgado no mais curto espaço de tempo compatível com as garantias de defesa, ao recurso e ao processo justo e equitativo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1803-1813, 4; no *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação da garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito de audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, 3.1.1; no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente a aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos regionais por inconstitucionalidade*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1, 3.2.2. e 3.2.3; no *Acórdão 43/2021, de 30 de setembro, Aguinaldo Ribeiro v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2594-2601, 7.3. a 7.4; no *Acórdão 2/2022, de 26 de janeiro, Daniel Semedo e José Lino v. STJ*, Rel: JC Aristides Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, 22 de fevereiro de 2022, pp. 334-342, B. 5.15 e ss; no *Acórdão 38/2022, de 12 de agosto, António Tavares Monteiro v. TRS, sobre violação das garantias ao contraditório, à audiência e à ampla defesa em processo penal*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, N. 94, 28 de setembro de 2022, 5.1.3;

no *Acórdão 129/2023, de 1 de agosto, Gilson Alex dos Santos Vieira e recorrido o Egrégio Supremo Tribunal de Justiça - sobre o direito de defesa com foco no direito ao contraditório*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 87, 17 de agosto de 2023, pp. 1856-1859, 6-7; e no *Acórdão 146/2023, de 31 de agosto, Johnny Barros Brandão v. TRS, sobre os direitos ao contraditório, à ampla defesa e à audição do arguido*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 95, 12 de setembro de 2023, pp. 2008-2012, 3.

5.3. No caso concreto,

5.3.1. Através da consulta dos autos facilmente se conclui que o recorrente teve acesso ao duplo grau de jurisdição, na medida em que recorreu da sentença do tribunal de 1ª instância para o TRS e da decisão desse tribunal para o STJ. Também, através do seu mandatário, exerceu o seu direito ao contraditório em relação a todos os atos praticados pelos órgãos judiciais que lhe foram notificados no processo;

5.3.2 Segundo consta dos autos (*Acórdão 93/2024*), os acórdãos do STJ teriam sido notificados ao recorrente em inglês, por se ter tornado impossível proceder-se à tradução do mesmo em língua montenegrina, devido à indisponibilidade do intérprete que tinha feito as anteriores traduções (fls. 123), se estar perante um processo de natureza urgente, com arguidos em prisão preventiva que estaria prestes a expirar, e não ter sido possível encontrar outro intérprete que dominasse a língua montenegrina;

5.3.3. De facto, dispõe o artigo 6º, número 1, do CPP que “[o] arguido tem direito a que a autoridade judiciária, a seu requerimento ou oficiosamente, lhe nomeie um intérprete, sempre que não se fizer acompanhar de um, quando não se exprima em língua portuguesa ou cabo-verdiana”. Por sua vez, estatui o número 4 do artigo 118 do CPP que “[q]uando houver de intervir no processo pessoa que não conhecer ou não dominar a língua de comunicação, é nomeado, sem encargo para ela, intérprete idóneo (...)”. Nos termos da alínea f), do artigo 151, do mesmo Código, a “obrigatoriedade de designação de intérprete” constitui nulidade insanável, que deve ser oficiosamente declarada em qualquer fase do procedimento;

5.3.4. É certo que, sendo estrangeiro a enfrentar um processo penal por prática de crime que implica numa pena de privação de liberdade, o recorrente encontra-se numa

situação de vulnerabilidade que coloca o direito à interpretação e à tradução no procedimento penal numa estreita ligação com o direito à defesa. Nestas situações, a posição jurídica fundamental que tem de ter acesso a interpretação e à tradução adquirem a qualidade de direitos fundamentais de natureza instrumental porque têm por missão assegurar o contraditório.

5.4. No caso em apreço constata-se que, em relação aos acórdãos notificados ao recorrente, não foi possível nomear intérprete que traduzisse os mesmos para a sua língua materna. Por isso, o STJ recorreu à tradução dos seus acórdãos para a língua inglesa que o recorrente havia declarado entender “um pouco” (fls. 120).

5.4.1. Não obstante a forma muito distinta como foi conseguida tal declaração, tal facto perde a importância que poderia ter na análise desta questão, porque, após a notificação do *Acórdão 63/2024*, o recorrente interpôs junto ao STJ um incidente pós-decisório solicitando esclarecimentos sobre esta decisão do tribunal, requerendo ainda a reparação dos seus direitos fundamentais, deixando entender que teria compreendido o que fora decidido nesse acórdão, ao ponto de solicitar esclarecimentos sobre vários trechos desse mesmo aresto;

5.4.2. A lei processual penal, apesar de obrigar a nomeação de intérprete para os casos em que o arguido não entenda a língua de comunicação, neste caso, o português, por se tratar de documento escrito, não impõe que a tradução dos documentos seja feita para a língua materna do arguido, parecendo que haverá conformação com a norma, desde que seja feita a tradução para uma língua que o arguido entenda e através da qual se consiga estabelecer a comunicação com o mesmo, garantindo-se, deste modo, o seu direito à defesa, ao contraditório e ao recurso em processo penal;

5.4.3. No caso em análise, o recorrente foi acompanhado desde o início do processo por um advogado constituído pelo mesmo, que recorreu de todas as decisões prolatadas pelos tribunais judiciais que intervieram neste processo, até chegar à última instância, e inclusivamente reagiu com um incidente pós-decisório ao acórdão notificado ao recorrente em inglês, confirmando que entende suficientemente bem a língua em que lhe foi comunicada a decisão do STJ, ao ponto de suscitar esclarecimentos sobre a mesma e requerer a reparação dos seus direitos fundamentais. Isso, na medida em que, segundo peça que consta de f. 106 v a 107 dos presentes autos considerou que o acórdão padecia

de incipiência grave, parecendo sugerir que a decisão ora recorrida era contraditória. E colocou questão referente à forma como se tratou o seu recurso no concernente à alegação de se ter utilizado provas proibidas. Demonstrando, no geral, a sua discordância em relação ao modo como recurso foi decidido;

5.4.4. Além disso, submeteu ao Tribunal Constitucional o presente recurso de amparo, o qual, recorde-se, no momento em que foi apreciado para efeitos de admissibilidade, arrolava, além da questão que se discute neste segmento, mais sete condutas alegadamente lesivas atribuídas ao acórdão recorrido ou ao STJ, reduzidas para seis através da peça de aperfeiçoamento;

5.4.5. O facto de a maior parte delas não ter sido admitida é irrelevante, na medida em que determinante é que somente se lograsse compreender o essencial do acórdão que confirmou a sua condenação é que, supõe-se, em concertação com seu advogado, definiria uma estratégia tão ampla de impugnação de condutas. Note-se, que mesmo a outra conduta que foi admitida a trâmite, precisamente a que foi apreciada no segmento anterior desta decisão, dependia de uma compreensão do texto da decisão e dos seus pormenores;

5.4.6. E isso acontece por uma razão evidente. Pela lógica inerente ao exercício da função de advogado em processo penal, neste caso, envolvendo um arguido acusado de prática de crime grave de tráfico de drogas, estando o recorrente a ser patrocinado por defensor que o acompanhou durante todo o processo e que recorreu de todas decisões que entendeu serem desfavoráveis ao recorrente, naturalmente depreende-se que toda a estratégia de defesa foi montada com a anuência do recorrente e que, portanto, o mesmo estaria bem informado das consequências dos atos praticados pelos órgãos judiciais intervenientes no processo e pelo seu mandatário;

5.4.7. Por esta razão, a natureza instrumental da posição jurídica invocada remete em última instância a situação na qual seria convocável o acervo jurisprudencial reunido pelo TC em matéria de presunção de tomada de conhecimento de decisões, ato pelo qual se exaure a dimensão constitucional do problema (*Acórdão 38/2019, de 19 de dezembro, BASTA v. CNE, sobre a aplicação de coima por não apresentação de contas eleitorais*, Relator JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 20 de janeiro de 2020, pp. 88-106, 4.5.1, e densificada pelo *Acórdão 50/2019, 27 de dezembro, Luís Firmino v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por*

ausência de notificação pessoal e direta de acórdão condenatório, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, 4 de fevereiro de 2020, pp. 337-347, 2, *Acórdão 13/2020, de 23 de abril, António Zeferino de Oliveira e Rafael Alves Lima v. STJ, sobre violação do direito ao recurso e à defesa em processo penal por ausência de notificação pessoal e direta de acórdão*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1710-1716, 5.2.3; no *Acórdão 19/2020, de 8 de maio, Paulo Alexandre Monteiro Ramos Andrade v. STJ, sobre garantia a não se ser mantido em prisão preventiva fora dos prazos legais*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 86, 23 de julho de 2020, pp. 1836-1847, 4.3.1; no *Acórdão 25/2021, de 30 de abril, Walter dos Reis v. STJ, sobre violação de garantia de não ser sujeito a prisão preventiva sem ser ouvido, do direito ao contraditório e à defesa, do direito à audiência prévia e ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 62, 21 de junho de 2021, pp. 1895-1902, 3.3; no *Acórdão 39/2021, de 30 de agosto, Alex Saab v. STJ, referente à aplicação de normas inconstitucionais no julgamento de detenção de pessoa, no julgamento do processo de extradição e na autorização de extradição e recusa de aplicação de norma hipotética decorrente de instrumentos internacionais por inconstitucionalidade*, Red. JC Pina Delgado; JC Aristides R. Lima e JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, pp. 2508-2570, 3.2.1. E; no *Acórdão 34/2022, de 5 de agosto, Maria Augusta v. STJ, sobre violação de posição jurídica de receber comunicação de decisões penais desfavoráveis e do direito ao recurso*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, 28 de setembro de 2022, pp. 1952-1954, 2.2; no *Acórdão 23/2023, de 8 de março de 2023, Amadeu Fortes Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 29 de março de 2023, pp. 851-860, 9.2.5; no *Acórdão 64/2023, de 28 de abril, Adair Sanches Batalha v. STJ, Admissão a Trâmite de conduta de se ter confirmado a condenação do recorrente, considerando improcedente o segmento do recurso na parte em que se entendeu que não cabia realizar julgamento em audiência pública contraditória no TRS com o argumento de o recorrente não ter indicado os pontos concretos de facto e de direito que pretendia ver debatidos na mesma*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 57, 22 de maio de 2023, pp. 1273-1281, 9.2.5; no *Acórdão 81/2023, de 22 de maio, José Eduíno Moreira Lopes v. STJ*, Rel: JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 66, 15 de junho de 2023, pp. 1376-1384, 10; no *Acórdão 169/2023, de 31 de outubro, Chidiebere Venatus Obele dos Santos v. STJ*, Rel:

JC Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2444-2449, 10; no *Acórdão 171/2023, de 21 de novembro, José Fonseca v. STJ, Inadmissão por ausência manifesta de violação de direito, liberdade e garantia e por rejeição anterior de recurso de amparo com objeto substancialmente igual*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2464-2472, 8.2.2. D; no *Acórdão 173/2023, de 23 de novembro, Crisolita do Livramento v. STJ, Inadmissão por manifesta inexistência de violação de direito, liberdade e garantia e por existência de recurso com objeto substancialmente igual rejeitado*, Rel: JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 122, 30 de novembro de 2023, pp. 2480-2488, 10.1; e no *Acórdão 175/2023, de 27 de novembro, Amadeu Fortes de Oliveira v. STJ, Admissão Parcial de Condutas Impugnadas*, Rel: JCP Pina Delgado, Publicado no *Boletim Oficial*, N. 122, de 30 de novembro de 2023, pp. 2497-2515, 8.1.5; *Acórdão 30/2024, de 10 de abril, Rui Etelvino Filho v. STJ, Inadmissão por manifesta intempestividade*, Rel. JCP Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 32, 17 de abril de 2024, pp. 850-861, 7.6.2.

5.5. Assim sendo, perante o acima exposto, não pode esta Corte considerar que a decisão do Egrégio STJ terá violado qualquer direito ou garantia fundamental do recorrente, muito menos o direito à defesa, ao contraditório ou ao recurso. O que leva à conclusão que em relação à segunda questão analisada por esta Corte e que alegadamente teria posto em crise o direito à defesa do recorrente, a resposta só pode ser negativa.

6. Por todas essas razões, o Tribunal Constitucional não vê razões para determinar que houve violação de qualquer direito pelas condutas impugnadas e admitidas a trâmite.

III. Decisão

Pelo exposto, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional reunidos em plenário, decidem que:

a) O Supremo Tribunal de Justiça, ao ter, através do *Acórdão 63/2024, de 27 de março*, considerado que não é contrário à dignidade da pessoa humana o Tribunal se dirigir a pessoas como ‘arguidos de carne e osso’, não violou o direito à dignidade humana;

b) O Supremo Tribunal de Justiça, ao ter considerado constitucional e legal que a notificação do acórdão condenatório feita ao arguido, de nacionalidade montenegrina, fosse feita em inglês, língua que não dominaria e entenderia pouco, não violou o direito fundamental à defesa, ao recurso e ao contraditório.

Registe, notifique e publique.

Praia, 02 de outubro de 2024

José Pina Delgado (Relator)

João Pinto Semedo

Rosa Martins Vicente

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 02 de outubro de 2024.

O Secretário,

João Borges